

Projeto de Lei nº. 1705/22

AO EXPEDIENTE

Em: 30/09/22

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

30 SFT 2022

Servidor (nome legível)

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

04 OUT 2022

Protocolo: 1828/22

Processo: 1828/22

MENSAGEM Nº 183, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

LIDO NA SESSÃO DO DIA

04 OUT 2022

1º Secretário

Recebido, Autua-se e
Inclui em pauta.

1º Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Inclita Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65 da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei, que "Altera dispositivos da Lei nº 2.760, de 5 de junho de 2012."

Senhores Deputados, a matéria ora proposta tem por objetivo inicial alterar o inciso VI do art. 2º da Lei nº 2.760, de 2012, que "Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CONEDCA e revoga a Lei n. 1.990, de 26 de novembro de 2008.", a fim de garantir que o presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE substitua o Secretário de Estado da Justiça - SEJUS no referido conselho.

Necessário pontuar que, quando sancionada a supramencionada Lei, a gestão do Sistema Socioeducativo, o qual trata da custódia dos adolescentes em conflito com a lei, era de competência da SEJUS. Portanto, fazia-se necessária a presença desta Secretaria na composição conselheira. Ocorre que o Sistema Socioeducativo foi desvinculado da SEJUS, por meio da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, momento em que foi criada a FEASE, a qual se vincula à Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS, nos termos do art. 71 c/c 161 do referido diploma legal.

Ademais, é fundamental, que seja alterada a nomenclatura de algumas autoridades no referido projeto de lei, uma vez que suas respectivas secretarias foram renomeadas, conforme a Lei Complementar nº 965, de 2017, sendo eles: o Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, o Secretário de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e o Superintendente da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

Noutro ponto, o caput e o § 1º do art. 3º da Lei nº 2.760, de 2012, aduzem que as organizações da sociedade civil que tenham interesse em participar do CONEDCA deverão se habilitar perante o Ministério Público. Contudo, o anexo Projeto de Lei visa que o processo eleitoral seja realizado pelo próprio CONEDCA, com o auxílio da SEAS, tal como ocorre no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que realiza o seu próprio processo eleitoral, nos termos do art. 5º do Regimento Interno, ao passo que o Ministério Público exerce função tão somente de acompanhamento do processo eleitoral, a fim de garantir a lisura do pleito, consoante o § 5º da Lei.

Além disso, o § 3º do art. 3º do diploma legal incorre em erro material, uma vez que, ao invés de especificar o cargo de presidente, estabelece que o "mandato" seja definido em eleição interna, razão pela qual se faz necessária adequação ao texto. Da mesma forma, no § 4º do art. 3º da Lei do CONEDCA, não restou estabelecido claramente a quem deveria ser comunicada a substituição dos membros, e, por isso, propõe-se alteração ao texto, tendo em vista a desnecessidade de justificativa na indicação de membro para representar a entidade, pois o processo eleitoral é para a escolha das entidades representativas da sociedade civil e não de quem será indicado por elas para compor o conselho, visto que este não tem o poder de impedir a indicação de quem representará a entidade.

Em vista das justificativas acima expostas, conclui-se que desvirtua a finalidade de participação e a consequente ruptura de competência da SEJUS sobre o Sistema Socioeducativo no referido conselho, ante a criação da FEASE, cujo presidente deverá passar a compor o referido Conselho, além de esclarecer a verdadeira função do Ministério Público neste contexto, qual seja, acompanhar o pleito para garantir a lisura do processo eleitoral, bem como elucidar quanto à participação de membros das organizações da sociedade civil.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

N. PROTOCOLO:

Entrada: 30/09/2022

Saida: 30/09/2022

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Documento assinado eletronicamente por Marcos José Rocha dos Santos, Governador, em 29/09/2022, às 16:16,



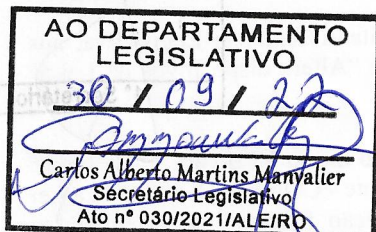
conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.727, de 1957, e-DOC 55A23EDE
Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0029549788 e o código CRC 1CC8BAEA.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0033.077506/2022-43

SEI nº 0029549788



GOVERNADORIA - CASA CIVIL
PROJETO DE LEI DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

Altera dispositivos da Lei nº 2.760, de 5 de junho de 2012.

Art. 1º Os incisos I, IV, VI e VIII do art. 2º, os §§ 1º, 3º, 4º e o **caput** do art. 3º da Lei nº 2.760, de 5 de junho de 2012, que “Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CONEDCA e revoga a Lei n. 1.990, de 26 de novembro de 2008.”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.

I - o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG;

.....

IV - o Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS;

.....

VI - o Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE;

.....

VIII - o Superintendente Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL;

.....

Art. 3º. Os representantes das organizações da sociedade civil serão eleitos assembleia, convocada pelo CONEDCA, com o auxílio da SEAS, por meio de comissão eleitoral constituída para essa finalidade, composta pelos seus membros, preferencialmente os representantes das entidades não governamentais.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos 2 (dois) anos e com atuação no Estado, que encaminharão as indicações à comissão eleitoral.

.....

§ 3º. O presidente do CONEDCA deverá ser definido por meio de eleição entre os seus membros, o qual atuará como representante.

§ 4º. A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no CONEDCA deverá ser previamente comunicada à presidência do CONEDCA, a fim de não causar prejuízo às atividades do Conselho.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 29/09/2022, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0029547485** e o código CRC **F4AD3B5E**.

